



# Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 05 DE MAIO DE 1980

ANO VI

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 36.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 1980

### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Fidelcino Tolentino e Gilberto Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Cameiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chériegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Kuiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### EMENDA:

#### EMENDA

#### AO PROJETO DE LEI N.º 152/79

Acrescente-se ao art. 1.<sup>o</sup> o seguinte parágrafo:

Art. 1.<sup>o</sup> .....

Parágrafo único: Ficam assegurados da lista de que trata o § 1.<sup>o</sup>, do artigo 35, da Lei n.º 7074/79, os direitos às respectivas classificações, a partir de 1.<sup>o</sup>/2/79.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1980.

(a) GABRIEL MANOEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Cumprindo determinação contida na Lei n.º 7074/79 e nos decretos que a regulamentaram, os Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado submeteram-se a processo seletivo, de títulos e trabalhos, que culminou com a remessa ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, pelo Procurador Geral do Estado, em data de 1.<sup>o</sup>/2/79, da lista classificatória que trata o § 1.<sup>o</sup>, do artigo 35, da referida lei.

O ato administrativo de classificação completou-se no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, no que diz respeito ao direito dos integrantes da lista, uma vez que, o decreto governamental que a homologaria, teria feito mera-

mente declaratório, incapaz, portanto, de gerar, modificar ou extinguir os direitos de cada um dos classificados na referida lista.

Antes, porém, da homologação governamental, o advogado Osman de Oliveira impetrou Mandado de Segurança, que determinou a sustação do decreto, situação que perturbou até a decisão da medida, a 27/9/79.

Procuradores e advogados integrantes da lista ingressaram em Juízo, ao lado do Estado do Paraná, como "litisconsortes" passivos e tiveram seus direitos expressamente reconhecidos na Apelação Cível n.º 657/79.

Tendo resguardado plenamente, na via judicial, seus direitos às classificações conquistadas, alguns procuradores e advogados pediram aposentadoria no curso da lide, certos de que seus proventos seriam automaticamente revistos pela Administração, com o inevitável sucesso que obteriam no desfecho do Mandado de Segurança.

Mas, julgado este, há mais de sessenta dias, com decisão favorável ao Estado do Paraná e, expressamente aos litisconsortes, até agora não foram revistos os proventos destes funcionários, como de direito.

Para evitar interpretações dúbias, delongas ou qualquer constrangimento na esfera administrativa na análise do direito líquido e certo destes funcionários, convém que o texto de lei que a eles se refira expressamente, suprimindo possível lacuna da Lei n.º 7074/79.

A inserção do artigo apresentado, como emenda ao Projeto de Lei n.º 152/79, em tramitação nesta Casa, é medida da mais estrita justiça e que trará à Administração os necessários subsídios legais para a solução e reconhecimento de inquestionáveis direitos.

É de ressaltar, ainda, que a verba para suporte desta despesa foi prevista na Lei n.º 7074/79, que foi votada no exercício de 1978. Tratando-se de verba de pessoal, com previsão orçamentária, não há óbice à solução alvitrada.

Também merece menção o fato de ser reduzidíssimo o número de funcionários beneficiados pelo artigo em referência. É bem inferior a 10. Não há que falar em aumento de despesa.

Esta a JUSTIFICATIVA da EMENDA apresentada.

#### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos regimentais, REQUEREM o registro na ata da sessão de hoje de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último sábado, do homem público MILTHO ANSELMO DA SILVA.

O extinto ocupou o cargo de Presidente da Câmara Municipal, exerceu o cargo de Prefeito Municipal e foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro, em Curitiba, sempre demonstrando admirável sensibilidade para os problemas da coletividade.

Homem simples e modesto, soube no entanto, transmitir a sabedoria prática, adquirida pela experiência, a todas as decisões que fora chamado a tomar.

A vida pública paranaense, especialmente, a curitibana, com o passamento de MILTHO ANSELMO DA SILVA, perde um dos mais autênticos animadores, na medida em que ele sempre foi um líder enraizado nas angústias e sofrimentos da população mais pobre.

Atingido duramente pela falta do amigo e companheiro, requeiro este registro como derradeira homenagem a um incansável lutador pela causa do povo.

Solicito, ainda, que desta manifestação seja dado conhecimento à nobre família enlutada, à Rua Celestino Júnior, 1.196, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1980  
(aa) ERONDY SILVÉRIO e  
ADALBERTO DAROS

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, REQUER inserção na ata dos trabalhos de um voto de pesar pela morte do Presidente TITO da Iugoslávia.

Do veredito desta Casa se dê conhecimento à Embaixada da Iugoslávia em Brasília.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1980.  
(a) RENATO BERNARDI

Apoio: Darcy Deitos e Erondy Silvério.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ZENO FERREIRA, ocorrido ontem na Rua João Bientenez n.º 388, Capão da Imbuia.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1980  
(a) NESTOR BAPTISTA

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando o asfaltamento da ligação de Rio Negro a Piên.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1980.  
(a) CARLOS ZANLORENZI

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de estrada de grande importância para o escoamento da produção regional, principalmente por ser Piên o maior produtor de fumo do Estado, e sendo que em Rio Negro localiza-se o complexo de industrialização do fumo.

A ligação tem uma extensão de aproximadamente 9 km entre Lageado e o Município Catarinense de Rio Negrinho, e virá a beneficiar sobremaneira os moradores de Lageado e de Piên.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da SANEPAR, solicitando que o mesmo determine a agilização dos serviços da referida empresa para a instalação de esgoto na Vila Paraíso e Campo do Gado.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1980  
(a) CARLOS ZANLORENZI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pedido justifica-se plenamente tendo em vista o grande número de moradores destas vilas, no Município de Rio Negro, e visando ainda evitar problemas de higiene, e até mesmo prevenir aquelas localidades contra surtos epidêmicos.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado e SEGISMUNDO MORGENSTERN, Digníssimo Secretário dos Recursos Humanos, solicitando-lhes imediato reajuste dos vencimentos dos Servidores Públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1980.  
(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

A partir do dia 01 de maio, os servidores públicos do Estado estão sendo vítimas do maior achatamento salarial de todos os tempos, na história do Paraná.

Nada mais nada menos do que dezesseis níveis de vencimentos estão abaixo do salário-mínimo regional.

Hoje, segundo a Tabela de Vencimentos do Pessoal do Poder Executivo, o valor do nível 16 corresponde a apenas Cr\$ 3.992,00 (três mil, novecentos e noventa e dois cruzeiros), enquanto que o salário mínimo foi fixado em Cr\$ 4.149,69 (quatro mil, cento e quarenta e nove cruzeiros e sessenta e nove centavos).

Na Tabela do Poder Judiciário, o achatamento ultrapassou o valor do nível 14 que é de Cr\$ 3.995,00 (três mil, novecentos e noventa e cinco cruzeiros).

A persistir essa nefasta política de ilusão de ótica, pois, o governo dá apenas quarenta e dois por cento de aumento e anuncia sessenta e sete até o final de 1980 teremos mais de 20 níveis encavalados.

Todavia, para consolo dos Funcionários Públicos, o Governo do Estado deverá anunciar jubilosamente que o valor do PAS passou para Cr\$ 1.037,00 (hum mil, trinta e sete cruzeiros). Isso quer dizer que foi concedido UM AUMENTO GERAL AO FUNCIONALISMO, DE Cr\$ 347,00 (trezentos e quarenta e sete cruzeiros)...

#### Ridículo:

Se o salário-mínimo, que já havia sido reajustado em duas oportunidades no ano passado, sofreu agora, novo reajuste, em percentual superior a cinquenta por cento, é evidente que a inflação já superou em muito, a casa dos cem por cento, a contar de janeiro de 1979.

Vejam os preços do leite, da carne, do pão, da luz, da água e de outros serviços públicos. Vejam o preço da gasolina, que passou de Cr\$ 10,20 (dez cruzeiros e vinte centavos) em maio do ano passado para Cr\$ 28,00 (vinte e oito cruzeiros).

Se a meta do Governo realmente é o HOMEM, vamos ao menos alimentá-lo.

A situação requer urgência na ultimação de tão propagada e nunca executada RECLASSIFICAÇÃO GERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO, pois, o último remanejamento foi procedido há mais de 10 anos, ainda no Governo Paulo Pimentel.

Igualmente, providências imediatas devem ser tomadas para a concessão de um reajuste superior a cinquenta por cento a todos os Servidores do Estado, a partir de 01 de maio.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, dispensa da publicação da Redação Final, para os Projetos de Lei n.ºs 127/79 e 139/79, que visam, respectivamente, a criação dos Municípios de Jesuítas e Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1980.  
(a) FUAD NACLI

**PROJETO DE LEI:**

PROJETO DE LEI N.º 37/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica criado o Município de Maripá, desmembrado do Município de Palotina, com as seguintes divisas: Iniciando-se a delimitação no Marco 22/136, situado no km 0 (zero) da Divisa Leste da Fazenda Britânia, segue pela referida divisa na direção Norte, com o rumo de 0.º 00', na extensão de 22831,6 metros, e daí à esquerda, na direção Oeste, com rumo de 270.º 00', na distância de mais 19530,8 metros, alcançando-se a margem direita da Sanga Real, prosseguindo-se por essa acima até a sua cabeceira, encontrando-se o Marco 63/64. Desse ponto segue pela divisa dos Lotes Rurais números 63 e 64; 60 e 61; 43 e 60 e 43 e 44, consecutivamente com os rumos de 176.º 14'; 209.º 59'; 99.º 06' e 209.º 59' nas direções Sul e Sudoeste, respectivamente nas distâncias de 810,0 metros; 965,0 metros; 100,0 metros e 1757,0 metros, alcançando-se a margem direita da Sanga das Antas, prosseguindo-se daí por essa acima até o Marco 17/52 e daí pela divisa dos Lotes Rurais números 17 e 16 com os Lotes Rurais números 52, 72 e 71, na direção Sudoeste, com o rumo de 210.º 38', na extensão de 3180,0 metros, encontrando-se à margem direita do Lageado Jaguarundi. Desse ponto segue pelo referido Lageado acima até a confluência do Arroio 18 de Abril e por esse acima até encontrar o Marco 22/133, prosseguindo-se daí na direção geral Leste pela divisa do Lote Rural n.º 22 com os Lotes Rurais números 133, 134, 135 e 136, com os rumos de 90.º 50'; 0.º 55' e 91.º 51', respectivamente nas extensões de 1242,0 metros; 192,3 metros e 412,2 metros, onde encontrou-se novamente o Ponto de partida acima descrito, tendo as confrontações que segue:

Ao Norte: pela Divisa Norte da Fazenda Britânia, com Parte Remanescente do Município de Palotina.

Ao Oeste: por linhas secas e pela Sanga Real, com o Município de Nova Santa Rosa.

Ao Sudoeste: pelo Lageado Jaguarundi e pelo Arroio 18 de Abril, com o Município de Toledo.

Ao Leste: Pela Divisa Leste da Fazenda Britânia, com o Município de Assis Chateaubriand e com Parte Remanescente do Município de Palotina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

(a) WERNER WANDERER.

**JUSTIFICATIVA:**

Com a aprovação do presente projeto de lei, vimos ao encontro das aspirações de um povo merecedor que há muito tempo vem trabalhando com perseverança, no sentido da emancipação política do Distrito de Maripá.

Ao apresentarmos este projeto de lei visando a emancipação de Maripá, fazêmo-lo na certeza de que serão cumpridas todas as formalidades legais, uma vez que este distrito preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar n.º 1, de 1967, para ser elevado à condição de município.

É notório o progresso e o desenvolvimento que se instalam neste distrito de Maripá, pois é uma região de grande produção agrícola e contribui demasiadamente para o aumento das divisas e engrandecimento de nosso Estado.

Enviamos em anexo representação dirigida a esta Casa, com a assinatura de vários eleitores (precisamente 407) que residem na área a ser desmembrada, com as respectivas firmas reconhecidas; e também o mapa que confronta divisas do futuro Município de Maripá.

Solicitamos apoio dos nobres Colegas Parlamentares na aprovação deste projeto de emancipação política, pois o mesmo tem grande significado para nós e toda a população do laborioso distrito de Maripá.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A partir de 01 de maio, os servidores públicos do Estado do Paraná estão sendo vítimas do maior achatamento salarial de todos os tempos, na história do Estado.

Nada mais, nada menos, do que 16 níveis de vencimentos estão abaixo do salário mínimo regional, esbarrando assim num mandamento constitucional.

Hoje, segundo a tabela de vencimentos do pessoal do Poder Executivo, o valor do nível 16 corresponde a menos que o Salário Mínimo; a exatamente, três mil, cento e noventa e nove cruzeiros e vinte centavos, enquanto que o salário mínimo fixado há poucos dias, alcança quatro mil, cento e quarenta e nove cruzeiros e sessenta e nove centavos. Parece brincadeira que o Governo tenha o descaramento de colocar sessenta e nove centavos na fixação do valor básico do salário mínimo em vigor.

Na tabela do Poder Judiciário, o achatamento ultrapassou o valor do nível 14, que é de 3 mil 995 cruzeiros. A persistir esta nefasta política de ilusão de ótica, o Governo dá apenas 42 por cento de aumento e anuncia 67 por cento. Até o final de 1980, teremos mais de 20 níveis acavalados, asoberbando ainda mais o desastroso orçamento dos servidores do Estado.

Todavia, para consolo dos Servidores Públicos, o Governo do Paraná deverá anunciar jubilosamente, que o valor do PAS passou para 1 mil e 37 cruzeiros. Isso quer dizer, que foi concedido um aumento geral ao funcionalismo, de 347 cruzeiros, apenas. Isto é ridículo, Sr. Presidente. E nós debatíamos esse assunto, colocando os percentuais, na projeção, baseado no engodo do PAS, já no início do ano, alertávamos para este achatamento que viria culminar antes da metade do ano. Se o salário mínimo que já havia sido reajustado em duas oportunidades, do ano passado, sofreu agora novo reajuste em percentual superior a 50 por cento, é evidente, que a inflação já superou em muito a casa dos cem por cento a contar de janeiro de 1979. Vejam os preços do leite, da carne, do pão, da luz, da água, dos serviços públicos de um modo geral. Telefone, transportes coletivos; vejam o preço da gasolina, vejam ainda a sua elevação que passou de 10 cruzeiros e 20 centavos em maio do ano passado para 28 cruzeiros, há poucos dias.

Se a meta do Governo é realmente o homem, vamos ao menos conseguir transmitir a este homem, um projétil não de arma de fogo, mas de alma de aço, para suportar, esta desastrosa situação econômica e social em que vive o País. A situação requer urgência, na ultimação de tão propalada e nunca executada, reclassificação geral dos servidores do Estado do Paraná.

O último remanejamento foi procedido há mais de 10 anos, ainda no Governo de Paulo Pimentel. Igualmente providências imediatas devem ser tomadas para concessão de um reajuste superior a 50 por cento a todos os servidores, a partir do dia 1.º de maio. Por que a iniciativa privada tem duas elevações de salários por ano? e por que o Funcionário público tem que viver com uma única reforma de seu salário. É preciso, Sr. Presidente, que haja um tratamento igualitário. É preciso que o Governo tire a máscara de dizer com palavras bonitas na televisão, enquanto que o funcio-

nalismo, e toda a classe trabalhadora brasileira, vivem esmagados, com um salário de fome, ridiculamente vivendo a necessitar de uma reclassificação. Nós sabemos que poucos existem no quadro do Estado do Paraná, que estão lotados nos níveis de um a 10. Mas pior do que isso, não é dizer que não há quase funcionários lotados nestes níveis, mas que apenas até o nível 16 está ganhando menos que o salário mínimo. Se a meta é o homem, nós ficamos a indagar, se a meta é ajudar o homem ou destruí-lo?

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos encontramos no Pequeno Expediente hoje para prestar uma homenagem póstuma, a um homem que os Srs. Deputados, os atuais, Srs. Deputados, talvez não o tivessem conhecido. Não tivessem tomado conhecimento da sua atuação política, mas que aos curitibanos, aqueles que militam na política curitibana, conhecem muito bem a atuação do ex-Vereador Miltho Anselmo da Silva, falecido sábado e sepultado ontem, em nossa Capital.

O próprio teor do nosso requerimento, Sr. Presidente, em que pede a inserção na Ata dos trabalhos de hoje de um voto de pesar, pelo falecimento do ex-Vereador Miltho Anselmo da Silva, diz perfeitamente, da personalidade do extinto, que ocupou o cargo de Presidente e que foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro, em Curitiba. Sempre demonstrando admirável sensibilidade para com os problemas da coletividade. Homem simples, modesto. Soube entretanto transmitir a sabedoria prática, adquirida pela experiência, a todas as decisões a que fora chamado a tomar, principalmente em favor dos desprotegidos da sorte, dos humildes, daqueles que realmente precisam da proteção, do apoio dos homens públicos.

A vida pública paranaense, especialmente a curitibana, com o passamento de Miltho Anselmo da Silva, perde um dos mais autênticos animadores, na medida em que ele sempre foi um líder enraizado nas angústias, no sofrimento, da população mais carente, mais pobre, mais necessitada. Esta manifestação que peço hoje à Casa é uma manifestação das mais justas, porque ela efetivamente visa transcrever nos Anais, para que as futuras gerações deste Estado, um dia ao repassá-los, possam saber que houve um homem que efetivamente dedicou toda a sua existência, em favor da coletividade. Fiel aos ensinamentos da doutrina trabalhista, a quem ele sempre honrou, o seu partido trabalhista, que ele sempre honrou com desempenho dos mais dignos.

Miltho Anselmo da Silva, efetivamente tem uma página na História de Curitiba, pela sua dedicação à causa pública, pelo seu amor e pela sua extrema sensibilidade política.

Também, Sr. Presidente, não vou requerer voto de pesar, mas quero que os Anais da Casa registrem o meu pesar, pelo passamento do Presidente Tito da Iugoslávia, que foi realmente um dos grandes líderes mundiais, último líder da Segunda Grande Guerra que enfrentou a invasão nazista em seu País com punhado de bravos e que através das guerrilhas, expulsou os invasores do solo de sua pátria mas, que tão logo terminado a guerra, ele soube manter a soberania Iugoslávia, ele soube repelir, da mesma forma, o invasor comunista, que julgava ser a Iugoslávia presa fácil do regime totalitário da Rússia Comunista.

Este homem que deu ao mundo admiráveis exemplos de coragem e patriotismo. Após longo sofrimento acaba de falecer, mas eu que tenho pessoalmente uma profunda admi-

ração por Tito, faço esta menção para que os Anais da Casa também registrem o seu passamento.

E, para terminar Sr. Presidente, nós vamos dentro de breves dias mostrar à Casa que não tem razão o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, nas investidas que faz hoje contra o Governo do Estado, com relação ao vencimento do Funcionalismo Público.

Sr. Presidente, eu peço a Vossa Excelência que me assegure o respeito, como eu respeitei quando o Nobre Deputado Fidelcino Tolentino falou da tribuna.

E estou realmente surpreso de ver o Deputado Fidelcino perder a cabeça e a razão, porque ele é o Deputado que para de falar quando os seus colegas não estão prestando atenção ao seu discurso, exigindo o cumprimento do Regimento Interno da Casa. Hoje, o nobre Deputado não quer deixar este Deputado usar da palavra como lhe assegura o Regimento Interno, e não quer ouvir as explicações, a defesa que se tem a fazer do Governo. Ele até parece que desconhece a parcela do PAS que o Governo está pagando ao funcionário público, que representa um 13.<sup>o</sup>, um 14.<sup>o</sup> salário a determinadas faixas de vencimento do funcionalismo público.

Nós vamos demonstrar aqui pela Assembléia, que o nobre Deputado Fidelcino Tolentino não tem razão. Ele tem se alvorado em favor do funcionalismo público, isto é um problema dele, pessoal, que nós respeitamos agora, o que não pode vir aqui é faltar com a verdade, distorcer os números, tentar enganar. Nós vamos demonstrar numa outra oportunidade com números, que não tem razão o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao nobre Deputado Adalberto Daros e a Mesa registra o pedido dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Fidelcino Tolentino.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia, nesta oportunidade, deixar de trazer nesta sessão desta Assembléia Legislativa o nosso voto de pesar pelo falecimento de um grande amigo nosso, amigo de Curitiba, amigo dos seus amigos. Um homem que por toda a sua vida demonstrou carinho e retidão para com os seus semelhantes. Refiro-me Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao meu Amigo particular, ao homem que antes de falecer, no dia de sábado, lembrou ainda a sua passagem pelo Partido Trabalhista Brasileiro, refiro-me ao ex-Vereador, ao ex-Prefeito, Miltho Anselmo da Silva.

E venho a esta tribuna, nesta tarde, para que aqueles que não o conheceram possam ter uma idéia de quem foi esta figura por mim admirada. Amigo do meu falecido pai, fundador nesta cidade do Partido Trabalhista Brasileiro, sempre procurou seguir os caminhos políticos pelo caminho mais reto, com a cabeça erguida e com a sua maneira de ser, humilde, mesmo pela origem humilde da sua família que conhecemos tão bem.

Razão pela qual Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa não poderia hoje deixar de prestar esta homenagem a um homem que tudo deu em benefício desta cidade, da cidade de Curitiba.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi o primeiro orador inscrito nesta Sessão, o Deputado Fidelcino Tolentino trazer considerações a respeito do funcionalismo público do Estado. E é com pesar Sr. Presidente, Srs. Deputados, que toda a vez que se anuncia um novo salário mínimo, se vê o Governador do Estado a ter que ajustar vencimentos de funcionalismo, vencimentos dos funcionários do nível 1 ao nível 16 deste Estado.

Lembro para aqueles que não sabem que o nível maior

no Estado é do nível 30, razão pela qual é com pesar também que, infelizmente o Governo do Estado não dê melhores condições a grande maioria do servidor público. Mesmo porque os números aí estão, se vê a grande maioria dos funcionários do Estado a ficar sempre onde o salário mínimo exige, ao achatamento -total no que diz respeito a um grande número de funcionários do Estado.

Gostaria que o nobre Líder do Governo nesta Assembleia e do PDS, Deputado Erondy Silvério, nos trouxesse realmente uma justificativa para que pudéssemos, ao conversar com o funcionário que está achatado, para que nos convencesse, para que pudéssemos então ao conversar com o funcionário, explicar-lhe e dizer-lhe que o Governo nos convenceu e que ele deve estar também convencido do que ganha.

Eu não me convenço. Razão pela qual espero, para os próximos dias, como anunciou o Líder do Governo, explicações que diz ele serão convincentes. Somente isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O mundo assistiu, durante quatro meses, a luta de um dos melhores heróis da 2ª Guerra Mundial, contra a morte. Luta esta finalmente perdida no dia de ontem. Trata-se do Presidente vitalício da Iugoslávia, Marechal Josip Broz Tito.

Foi o último líder das grandes lideranças que a Humanidade teve a partir da 2ª Guerra Mundial. Oxalá que com a sua morte, não seja sepultada também toda a ideologia do não alinhamento do terceiro mundismo, que foi, efetivamente, a grande alavanca de resistência dos países pobres, dos países que lutavam para o seu próprio desenvolvimento, contra os interesses e a ganância das duas grandes super potências que tentavam dividir o mundo, como se todo o Universo fosse apenas um quintal à disposição destas grandes potências.

Em nome da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, estamos encaminhando à Mesa um requerimento de profundo pesar por este passamento, estendendo as nossas condolências a todo o povo iugoslavo, que certamente representou, no processo histórico e de reequilíbrio de forças, da Europa do pós-guerra, um papel fundamental. Papéleste, que só terá seu devido lugar e relevo, quando se vier a escrever, criticamente, a história da Europa na segunda metade do Século XX.

Com a morte do Marechal Tito, uma grande interrogação, Sr. Presidente, se desenha em toda a Humanidade. Mas que sirva, o seu exemplo, de resistência aos poderosos de então, como soube organizar o seu povo; uma resistência ao imperialismo nazista representado pelas forças alemãs. A sua resistência, a divisão bipolar da Humanidade pretendida a partir da instalação da guerra fria no mundo, na década de 50. A organização do seu povo, que hoje ele todo, conscientizado, estruturado, organizado, está servindo de modelo para toda a humanidade e especialmente para os Países do Terceiro Mundo.

Fique, portanto consignada na Ata dos trabalhos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um voto de profundo pesar da Bancada do PMDB, pelo passamento do Presidente da República Iugoslava, Marechal Tito.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins. (Pausa) Ausente.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei n.º 152/79, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. — Ao Departamento Legislativo para juntar ao Projeto de Lei n.º 152/79.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoio. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria o Município de Três Barras, com território desmembrado do Município de Catanduvas e divisas que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.E. e C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado pelo Substitutivo Geral.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria o Município de Jesuitas, com território desmembrado do Município de Formosa e divisas constantes do atual Distrito Judiciário. Pareceres FAVORÁVEIS da C.E. e C.C.J. na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado pelo Substitutivo Geral.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 6/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 08/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município de Atalaia, objetivando estabelecer normas ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, com aplicação de dotações do FUNRESPOL e de Verbas do orçamento do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 7/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 13/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgãos que especificam, objetivam a concessão de um auxílio da União, repassado à SUDESUL para aplicação em obras de emergência destinadas à recuperação de bens públicos danificados pela ação das chuvas, em 1.979; em 32 Municípios do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Zeno Ferreira. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com o apoio do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miltho Anselmo da Silva. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, com o apoio dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Presidente Tito da Iugoslávia. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli,

constante do expediente, solicitando dispensa da publicação da Redação Final, para os Projetos de Lei n.ºs 127/79 e 139/79. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa deferiu.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, pela ordem.

De acordo com o artigo 97, do Regimento Interno, indago de Vossa Excelência: Nós temos um requerimento apresentado à Casa e que, na ordem das matérias em votação, e constante da Ordem do Dia, na data seguinte à que ele deveria entrar em discussão, toda a matéria da Ordem do Dia foi esgotada. De acordo com o artigo 150 do Regimento Interno, esse requerimento, hoje, deverá ter preferência na votação. Portanto, requeiro a Vossa Excelência que seja observado, no meu entendimento, o Regimento Interno, porque a Ordem do Dia seguinte havia esgotado com o requerimento apresentado pelo Deputado David Chierigate.

De forma que, na ordem, agora, e com a preferência para discussão, está o requerimento da minha autoria que propõe a intervenção pessoal e direta do Sr. Presidente da República no problema dos metalúrgicos do ABC.

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência, que primeiramente seja decidida a minha questão de ordem para, depois, o Deputado Erondy Silvério invocar a questão de ordem...

O Sr. Erondy Silvério — ... É o próprio artigo 97. Vossa Excelência não pode interromper um processo de votação para tomar outra decisão. Está em votação o requerimento de autoria do Deputado Fuad Nacli, solicitando dispensa de redação final para um determinado projeto de lei. Vossa Excelência colocou em votação e eu requeri verificação de votação. Só após a decisão desse requerimento é que Vossa Excelência poderá atender...

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) O Pedido de Vossa Excelência foi deferido. Nós vamos atender e após, ouviremos a questão de ordem do nobre Deputado.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, a palavra "pela ordem", interrompe qualquer outro problema, qualquer outra discussão. A palavra "pela ordem", invoco o Regimento Interno. Agora, se a decisão da Mesa é soberana sobre o Regimento Interno, então nós devemos rasgar o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Respondendo a Vossa Excelência, antes de proceder a verificação, solicitada pelo Deputado Erondy Silvério, a Mesa tem procedido, nas discussões em que as matérias em regime de votação, terão preferência na Ordem do Dia. Entretanto o requerimento de Vossa Excelência irá a discussão, e o requerimento do Deputado Fuad Nacli, do qual será feita a verificação, está em regime de votação.

O SR. LINEU TURRA — Recorro da decisão de Vossa Excelência ao Plenário, de acordo com o art. 125, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Nós faremos, primeiramente, a verificação, porque está em processo de votação.

Deferido o pedido de verificação de votação.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem. Acho que o meu requerimento, a minha questão de ordem prevalece sobre a decisão de Vossa Excelência. Acho que a decisão de Vossa Excelência será prejudicada, vai gerar um ato absolutamente nulo.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para a questão de ordem, o Deputado tem direito a apenas uma vez.

Nós procederemos verificação de votação do requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, por solicitação do Deputado Erondy Silvério. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Os Senhores Deputados que...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, baseada no Artigo 97.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Nós estamos em processo de votação, Senhor Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas a preferência...

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Depois será concedido a Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. LINEU TURRA — É uma questão jurídica, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se (Pausa).

10 Senhores Deputados aprovam;

2 Senhores Deputados Rejeitam.

Não há quorum para a continuidade da sessão. Nada mais havendo a tratar, declaro...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem. Senhor Presidente, eu insisto a Vossa Excelência que me conceda a palavra pela ordem. Senhor Presidente, eu solicito a palavra, pela ordem. Vossa Excelência está obstruindo um direito regimental.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 171/78 e 207/79;

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 6/80 e 7/80;

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 33/80.

Levanta-se a sessão.